**A LEI 11340/2006 E A QUARENTENA EM TEMPOS DE COVID-19: O AUMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS E A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA DA MULHER DENTRO DE SEU PRÓPRIO LAR NO BRASIL EM 2020**

BASTOS, Francine Tavares Souza

Graduanda do 6º período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,

fran-souza.10@hotmail.com

AMORIM, Mayara de Oliveira de

Graduanda do 6º período do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos – Unidade Bom Jesus do Itabapoana,

mayaraamorim84@gmail.com

CAPUA, Valdeci Ataíde

Mestre em Relações Privadas e Constituição pela Faculdade de Direito de Goytacazes.

valdeci\_adv@hotmail.com

FERREIRA, Oswaldo Moreira

Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF

oswaldomf@gmail.com

MELLO, Marcio Caldas Dias

Pós-Graduado pela Faculdade Candido Mendes. MBA em Segurança Pública pela FGV.

professormcaldas@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como escopo abordar a situação do país no presente ano, devido a intensificação da doença COVID-19, uma pandemia totalmente inesperada, fazendo com que a sociedade permaneça confinada. Embora o isolamento seja o método mais eficaz e seguro para que não ocorra a propagação da doença, tal medida gera diversas consequências no que tange a vida e integridade física de diversas mulheres, na qual vivenciam e sofrem em seu próprio lar a situação de violência, sendo obrigadas a conviver por mais tempo com o seu agressor, motivo este que provocou o aumento gradativo de denúncias realizadas decorrentes de violência doméstica.

À vista disso, será enfatizado os crescentes casos de violência doméstica devido à pandemia causada pela COVID-19, iniciada em março de 2020, além de circunstanciar a demanda acerca dos casos relacionados e ao número de casos registrados em tempos de isolamento, no que tange a Lei n° 11340/2006. Assim, almeja-se correlacionar informaçoes técnicas de acordo com o cenário global, atentando-se à situação presenciada no Brasil.

**MATERIAL E MÉTODOS**

Com base no tema abordado, o método utilizado para a elaboração do presente trabalho foi a realização de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, a partir do estudo de artigos científicos, obras de livros selecionados, conteúdos encontrados na internet, como websites que discorriam sobre o assunto, e uma pesquisa quantitativa a partir da utilização de técnicas estatísticas para quantificar informações referente ao crescente número de violência doméstica.

**DESENVOLVIMENTO**

Prefacialmente, ressalta-se que a violência doméstica é caracterizada como um dos fenômenos sociais mais denunciados, a qual ganhou grande visibilidade nas últimas décadas por atrair as atenções das autoridades, tanto em âmbito público como privado, tendo em vista sua conduta avassaladora sobre a saúde e a cidadania das mulheres. Nas palavras de Jesus (2015, p.7), a violência contra as mulheres tem seu conceito em constante mudança, a partir de diversas atitudes e comportamentos que passaram a ser considerados como formas de violência. (JESUS, 2015, p.7)

Decorrente de uma exigência constitucional inclusa no artigo 226, §8º, da CF, há a previsão de que: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Foi criada, assim, a Lei nº11.340/2006, que, segundo Lima (2020, p.1240), foi editada não apenas para atender ao disposto no artigo constitucional mencionado, mas sim para dar cumprimento a diversos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. (LIMA,2020, p.1240)

A lei mencionada no parágrafo anterior enuncia os direitos e garantias fundamentais inerentes à pessoa humana, mais especificamente os assegurados a toda e qualquer mulher, sendo eles:

Art. 2° Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art.3° Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2006)

Lima (2020, p.1242) elucida que tais direitos seriam inerentes a todo o ser humano, independente de gênero, já que a exclusão da mulher explicitou a cogente necessidade e importância da explicitação de todos esses direitos e garantias fundamentais, já que elas detêm o mesmo rol de direitos e assegurações que os demais componentes da sociedade. (LIMA, 2020, p.1242)

Trazendo para o cenário atual, muitas mulheres estão sendo duplamente intimidadas: primeiramente devido ao confinamento causado pela pandemia do COVID-19; e, segundo, por serem obrigadas a conviverem ao lado de agressores dentro do seu próprio lar. De acordo com Thomaka (2020, s.p), desde o início da pandemia foram adotadas medidas para sua contenção, como o isolamento e a quarentena. Contudo, tais medidas trouxeram um efeito considerado diferente do que fora esperado, que é o aumento dos registros de ocorrências, tanto de feminicídio, como os de violência doméstica contra mulheres. (THOMAKA, 2020, s.p.)

Seguindo ainda a linha de raciocínio da autora supramencionada, esta aponta que diversos países também registraram o alargamento de agressão contra mulheres, estando entre eles o Brasil, ressaltando que até mesmo antes da pandemia tal quantidade já se encontrava elevada. Diante da presente circunstância, Thomaka (2020, s.p) salienta que o aumento de violência doméstica vem crescendo de forma inabitual, apontando assim o Rio de Janeiro e São Paulo, dois Estados que no decorrer da pandemia, teve um aumento de 50%, sendo que estes dados podem vir a aumentar, tendo em vista a dificuldade que muitas mulheres encontram de se dirigir até uma delegacia para proceder com o registro de ocorrência. (THOMAKA, 2020, s.p)

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Consoante noção cediça, pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) disponibiliza dados referentes ao número de solicitações e concessões de medidas protetivas de urgência, trazendo uma queda de 3,7% e 8,8% no Estado do Acre, e um aumento de 2,1% de solicitações e de 31% de concessões de medidas, como também o Estado do Pará, registrando um aumento de 8,9%, todos referente ao mês de março de 2020, conforme gráfico a seguir:

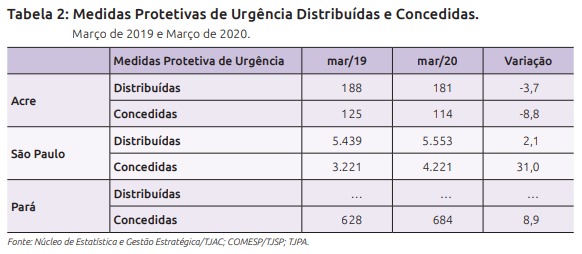


Figura 01. Medidas Protetivas de Urgência Distribuídas e Concedidas. Fonte Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica/TJAC; COMESP/TJSP; TJPA.

No tocante à quantidade de denúncias recebidas pelo canal 180, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos(MMFDH), Basilio (2020, s.p) aponta que desde o início da pandemia, houve um aumento de aproximadamente 15,6% quando comparado ao mesmo mês do ano de 2019. O gráfico a seguir aponta o comparativo referente a denúncias no 1º quadrimestre de 2020. (BASÍLIO, 2020, s.p.)



Figura 02. Comparativo de denúncias no 1º quadrimestre de 2020. Fonte: Agência Brasil

Convém ponderar que a violência contra mulher sempre esteve presente, que os números referentes ao ano de 2019, também se encontram em um alto percentual, sendo um problema já agigantado, e ficou ainda pior com o necessário isolamento social devido a pandemia da COVID-19. (BASILIO, 2020, s.p)

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluídas as premissas, nota-se que em meio a um novo cenário totalmente inesperado, acometido por uma pandemia, há a vigência de consequências muito mais abrangentes do que o próprio isolamento social e a quarentena, trazendo um efeito colateral para várias mulheres, que vem sofrendo de violência doméstica.

É certo que a Lei 11.340/2006 foi criada a fim de punir o agente que, mediante ameaça e violência, expõe em situação de risco a vida e integridade física da mulher, conduta esta praticada na maioria das vezes por homens que possuem ou mantiveram convívio e relação com a padecente.

Por fim, há que se ressaltar o crescente número de aumento de denúncias, como também a diminuição de registro de ocorrência, tendo em vista a impossibilidade de se locomover até uma delegacia, e até mesmo a intimidação que essas mulheres vêm sofrendo dentro do seu próprio lar.

**REFERÊNCIAS**

BASILIO, A.T. **A violência doméstica durante a Covid-19.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-29/ana-tereza-basilio-violencia-domestica-durante-covid-19>. Acesso em 27 set. 2020

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006.

FBSP. **Violência Doméstica durante a pandemia de covid-19.** Disponível em:< https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf >. Acesso em 27 set. 2020

JESUS, D. de. **Violência contra mulher: aspectos criminais da Lei n.11.340/2016**/ Damásio de Jesus. -2.ed. –São Paulo: Saraiva, 2015.

LIMA, R. B. de. Legislação Criminal Especial Comentada. 8. Ed. Salvado. Juspodivim.2020.

THOMAKA, E.; FERNANDES, M. **Aumento do número de casos de violência doméstica é efeito deletério da quarentena.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-13/fernandes-thomaka-aumento-violencia-domestica-quarentena>. Acesso em 27 set. 2020